



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

Concurso Público para provimento de cargos de

**Analista Técnico de Controle Externo**

**Auditoria de Obras Públicas**

Caderno de Prova, Cargo B02, Tipo 001

000000000000000000

00001-0001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

**P R O V A**

**Conhecimentos Básicos**  
**Conhecimentos Específicos**

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4h30min para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

**Língua Portuguesa**

**Atenção:** As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

**Macacos intelectuais**

*A partir de estudos realizados com primatas não-humanos, publicados nos anos 60, a defesa dogmática de que a inteligência seria um dom exclusivo do **Homo sapiens** tornou-se insustentável. Entender a inteligência de que tanto nos orgulhamos como resultado de milhões de anos de seleção natural obedece à lógica evolutiva, visto que a evolução não cria características especiais para favorecer ou prejudicar nenhuma espécie. Como atestam os dinossauros, a natureza é madrastra impiedosa.*

*De onde emergiu a consciência humana?*

*A resposta é bem simples: da consciência dos animais. Não há justificativa para considerá-la como propriedade exclusiva da espécie humana, respondeu Ernst Mayr, o biólogo mais influente do século passado. Aceita essa premissa, na última década, o foco da primatologia se deslocou para o estudo das características únicas dos seres humanos. Afinal, não se tem notícia de outros animais que componham sinfonias ou resolvam equações de segundo grau.*

*Para alguns, nossa capacidade de trocar a recompensa imediata por outra futura (sem a qual nem sequer iríamos à escola) é que nos diferencia de animais mais impulsivos. Outros argumentam que a paciência necessária para aguardar resultados mais promissores também tem raízes evolutivas, e que, em certas situações experimentais, somos mais imediatistas do que os chimpanzés. Embora chimpanzés possam dar manifestações incontestáveis de paciência para aguardar resultados de suas ações, entre eles falta uma típica característica humana: o altruísmo desinteressado. Há evidências claras da existência de comportamentos cooperativos e de altruísmo em outras espécies, mas eles estão sempre associados a interesses de reciprocidade. O verdadeiro altruísmo parece exigir níveis elevados de cognição, que envolvem a capacidade de decifrar o estado mental do outro.*

(Adaptado de Dráusio Varela, **Folha de S. Paulo**)

1. No primeiro parágrafo, o autor afirma que a *evolução não cria características especiais para favorecer ou prejudicar nenhuma espécie* a fim de justificar
  - (A) a lógica do processo de seleção natural.
  - (B) a evidente primazia da inteligência humana.
  - (C) o orgulho alimentado pelo **Homo sapiens**.
  - (D) os acasos que regem a ordem evolutiva.
  - (E) o dogmatismo de quem exalta a espécie humana.

---

2. Atente para as seguintes afirmações:
  - I. A resposta à pergunta *De onde emergiu a consciência humana?* vem em favor da hipótese de que a inteligência seria um dom exclusivo da nossa espécie.
  - II. O texto faz crer que não há razão para se considerar que existam atributos exclusivos dos seres humanos.
  - III. Uma das características próprias da espécie humana seria, para alguns, a capacidade de agir em função de objetivos não imediatos.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

  - (A) I.
  - (B) II.
  - (C) III.
  - (D) I e II.
  - (E) II e III.

---

3. No último parágrafo, o paralelo estabelecido entre chimpanzés e homens concorre para atestar o fato de que
  - (A) é típico da espécie humana o cooperativismo por interesse.
  - (B) nosso altruísmo vai além de um comportamento cooperativo.
  - (C) os homens desconhecem o interesse de reciprocidade.
  - (D) há outros primatas capazes de níveis elevados de cognição.
  - (E) mais de uma espécie é capaz de decifrar o estado mental do semelhante.

---

4. No contexto da frase *Aceita essa premissa, na última década, o foco da primatologia se deslocou para o estudo das características únicas dos seres humanos*, a expressão sublinhada deve ser entendida como
  - (A) consideração de uma hipótese.
  - (B) expressão de uma consequência.
  - (C) formulação de uma condição.
  - (D) afirmação de fato verificado.
  - (E) suposição a ser contraditada.

<p>5. As normas de concordância estão plenamente observadas na frase:</p> <p>(A) Não se admitem que hajam nascido, em quaisquer outras espécies, seres capazes de compor sinfonias.</p> <p>(B) Ressalte-se, no universo dos primatas, as ações que deixam claro seus interesses numa cooperação recíproca.</p> <p>(C) Seguiu-se à aceitação da premissa do influente biólogo Ernst Mayr alguns deslocamentos no foco dos estudos de primatologia.</p> <p>(D) A troca de recompensas imediatas por outras futuras alinham-se entre as características típicas da nossa espécie.</p> <p>(E) Uma das peculiaridades dos verdadeiros altruístas consiste em buscarem decifrar a necessidade íntima do semelhante.</p>	<p>8. Entender a inteligência <u>de que</u> tanto nos orgulhamos como resultado de milhões de anos de seleção natural obedece à lógica evolutiva (...).</p> <p>Os elementos sublinhados podem permanecer na frase acima caso se substitua</p> <p>(A) orgulhamos por <b>ufanamos</b> e obedece por <b>é acreditar</b>.</p> <p>(B) nos orgulhamos por <b>demonstramos</b> e obedece por <b>é dar fé</b>.</p> <p>(C) nos orgulhamos por <b>lisonjeamos</b> e obedece por <b>acata</b>.</p> <p>(D) nos orgulhamos por <b>vangloriamos</b> e obedece por <b>se pauta</b>.</p> <p>(E) orgulhamos por <b>gabamos</b> e obedece por <b>revela adesão</b>.</p>
<p>6. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:</p> <p>(A) Ainda que chimpanzés demonstrem algumas aptidões semelhantes às nossas, nenhuma equivalia ao desinteressado altruísmo humano.</p> <p>(B) Tão logo se admitiu a premissa de Ernst Mayr, deslocara-se o foco principal dos estudos de primatologia.</p> <p>(C) Uma vez que haja paciência para aguardar resultados promissores, o imediatismo será relegado a um segundo plano.</p> <p>(D) Se houvesse altruísmo em outras espécies, perde-se um forte argumento em favor do diferencial humano.</p> <p>(E) Caso os chimpanzés disponham de um nível elevado de cognição, não há por que considerar que não pudessem compor sinfonias.</p>	<p>9. Está inteiramente correta a pontuação da seguinte frase:</p> <p>(A) A realização de estudos com primatas não-humanos, tem revelado que a inteligência ao contrário do que se pensa, não é nosso dom exclusivo.</p> <p>(B) A conclusão é, na verdade, surpreendente: a consciência humana, longe de ser um dom sobrenatural, emerge da consciência dos animais.</p> <p>(C) Ernst Mayr, eminente biólogo do século passado não teve dúvida em afirmar que, a nossa consciência, é uma evolução da consciência dos animais.</p> <p>(D) Sejam sinfonias sejam equações de segundo grau, há operações que de tão sofisticadas, não são acessíveis à inteligência de outros animais.</p> <p>(E) O que caracteriza efetivamente o verdadeiro altruísmo, é o comportamento cooperativo que se adota, de modo desinteressado.</p>
<p>7. Está clara, coerente e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Sequer deixaríamos de freqüentar à escola no caso de trocarmos a recompensa imediata por uma outra que só o futuro viesse a vislumbrar.</p> <p>(B) Há muitos que argumentam de que mesmo entre os chimpanzés ocorre a paciência necessária, de acordo com as raízes evolutivas.</p> <p>(C) Comportamentos altruístas ou mesmo desinteressados não se observa em todas as espécies, constituindo-se conforme peculiaridade humana.</p> <p>(D) Evidências de comportamento cooperativo notam-se em outras espécies, mas apenas os seres humanos são capazes de um autêntico altruísmo.</p> <p>(E) Não obstante Ernst Mayr tenha concluído de que a consciência humana emerge dos animais, o foco da primatologia estuda nossas características.</p>	<p>10. NÃO admite transposição para a voz passiva a construção verbal da seguinte frase:</p> <p>(A) A inteligência está longe de ser um dom exclusivo da espécie humana.</p> <p>(B) Os primatas não trocam a recompensa imediata por outra mais distante.</p> <p>(C) O altruísmo autêntico sempre exige níveis elevados de cognição.</p> <p>(D) Os chimpanzés manifestam gestos de inequívoca paciência.</p> <p>(E) A premissa de Ernst Mayr obteve grande acolhimento no século passado.</p>

**Atenção:** As questões de números 11 a 16 referem-se ao texto que segue.

**Do abuso das palavras**

*Quando o célebre La Rochefoucauld disse que o amor-próprio é o princípio de todas as nossas ações, como a ignorância da verdadeira significação desse termo amor-próprio levantou pessoas contra esse ilustre pensador! Tomou-se o amor-próprio como orgulho e vaidade e imaginou-se, por conseguinte, que La Rochefoucauld colocava no vício a fonte de todas as virtudes. No entanto, era fácil perceber que o amor-próprio, ou o amor de si, não era outra coisa a não ser um sentimento gravado em nós pela natureza; que esse sentimento se transformava em cada homem em vício ou virtude, segundo os gostos e as paixões que o dominavam; e que o amor-próprio, diferentemente modificado, produzia igualmente o orgulho e a modéstia.*

*O conhecimento dessas idéias teria preservado La Rochefoucauld da censura tão repetida de que ele via a humanidade de modo por demais pessimista; na verdade, ele a conheceu tal qual ela é. Concordo com que a visão nítida da indiferença de quase todos os homens a nosso respeito é um espetáculo desolador para a nossa vaidade, mas, enfim, é preciso tomar os homens como são: irritar-se com os efeitos de seu amor-próprio é queixar-se dos aguaceiros da primavera, dos ardores do verão, das chuvas de outono e das geadas do inverno.*

(Helvétius, **Os Pensadores**)

Nota: La Rochefoucauld e Helvétius são pensadores franceses dos séculos XVII e XVIII, respectivamente.

11. De acordo com Helvétius, a afirmação de La Rochefoucauld a respeito do amor-próprio não foi compreendida porque as pessoas

- (A) não admitiam que alguém pudesse desenvolver esse bom sentimento.
- (B) não entendiam que esse sentimento era visto como um princípio natural.
- (C) imaginavam que o orgulho e a vaidade fossem sinônimos entre si.
- (D) preferiam crer que os homens não adquirem vícios ao longo da vida.
- (E) não aceitavam que um sentimento tão nobre implicasse a degradação.

12. Comentando a afirmação de La Rochefoucauld a respeito do amor-próprio, Helvétius lembra que esse sentimento
- (A) é um estigma que nos marca e nos impede de fazer escolhas morais.
  - (B) é o responsável por todas as ações das quais acabamos por nos arrepender.
  - (C) identifica as pessoas que demonstram alta preocupação ética em seus atos.
  - (D) desenvolve-se em nós consoante a natureza das diferentes paixões.
  - (E) é um efeito cultural irremovível e inevitável da vida em sociedade.

13. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher de modo correto a lacuna da frase:
- (A) Há sempre forte oposição às idéias que ..... (**propagar**) um pensador implacável como La Rochefoucauld.
  - (B) O que resulta em virtudes ou vícios humanos ..... (**advir**) das formas pelas quais canalizamos nossos afetos.
  - (C) A um mais elevado comportamento moral do homem não ..... (**tolher**) apenas as fraquezas pessoais, mas também os impulsos da natureza.
  - (D) Não obstante não ..... (**deixar**) de haver opções em nosso caminho, os ditames da nossa natureza exercem um papel fundamental a cada escolha.
  - (E) Tantas recriminações ..... (**haver**) às idéias de La Rochefoucauld que Helvétius acabou se irritando com a ignorância das pessoas.

14. No contexto do segundo parágrafo, o segmento *mas, enfim, é preciso tomar os homens como são* pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido e a correção, por:
- (A) porém, afinal de contas, é preciso tomá-los como são.
  - (B) portanto, e por fim, é preciso os tomar como sejam.
  - (C) no entanto, é preciso ainda tomá-los como são.
  - (D) porém, que fazer, é preciso tomar-lhes como são.
  - (E) no entanto, por isso, é preciso tomar-lhes como sejam.

15. Atente para as seguintes afirmações:
- I. Todo homem tem amor-próprio.
  - II. O amor-próprio é uma marca da natureza.
  - III. As marcas da natureza são incontornáveis.
- As afirmações acima articulam-se de modo claro, correto e coerente na frase:
- (A) Sendo uma marca da natureza, todo homem tem amor-próprio, incontornável como os demais.
  - (B) Todo homem tem amor-próprio, que é uma das marcas da natureza, mesmo quando são incontornáveis.
  - (C) Por serem incontornáveis as marcas da natureza, o mesmo ocorre com todo homem que tem amor-próprio.
  - (D) Como marca da natureza, o amor-próprio é incontornável, tal como acontece com os homens.
  - (E) O amor-próprio, que tem todo homem, é uma marca da natureza, incontornável como as outras.

16. O emprego e a grafia de todas as palavras estão corretos na frase:
- (A) É difícil haver uma recepção concensual do sentido das palavras: Helvétius surpreendeu-se com o atribuído a *amor-próprio*.
  - (B) O mal entendimento do termo *amor-próprio* concitou Helvétius a investir contra os detratores de La Rochefoucauld.
  - (C) Mesmo o mais exitoso filósofo tem de enfrentar os empecilhos criados por pessoas sem qualquer envergadura intelectual.
  - (D) La Rochefoucauld, celebrado por seu verve de humor, criou máximas que transporam as fronteiras do tempo e do espaço.
  - (E) As pessoas indignadas, que assacavam as idéias de La Rochefoucauld, justificavam o fato alegando ser o filósofo um nilista impedido.

**Atenção:** As questões de números 17 a 20 referem-se ao texto que segue.

**[Sobre o romance Galvez, Imperador do Acre, de Márcio Souza]**

*A paisagem pode ser luxuriante, intrincada, retorcida, mas o romancista recusa-lhe as lianas do aparato verbal. Pretende antes de tudo caricaturar as aventuras do ciclo da borracha, sem convocar adjetivos para compor estrondos estilísticos.*

*Nem as lendas do inferno verde, nem as lendas do celeiro mundial. O romancista Márcio Souza prefere o retrospecto irônico, que às vezes faz espocar um sarcasmo, como as rolhas de champanha francês e os foguetes anunciadores do advento do século XX nos confins do Acre. Cearenses ocuparam a região duas vezes maior que Portugal. No dizer do autor, “empurraram a fronteira com a própria miséria”. E dali vem a mais fina borracha que resulta em contas bancárias na Suíça, temporadas líricas, bordéis tumultuosos, tangos e maxixes ao piano, diamantes a faiscarem no colo farto de damas pelintras.*

(Hélio Pólvora, revista **VEJA**)

17. Em seu comentário crítico, Hélio Pólvora afirma que o romance em questão desenvolve-se
- (A) numa linguagem inspirada na exuberância da realidade representada.
  - (B) num estilo fielmente colado ao dos documentos históricos sobre a região.
  - (C) na imaginação fantasiosa e crítica com a qual o autor narra sua vida.
  - (D) numa narração marcada por humor muitas vezes ácido e caricaturesco.
  - (E) no discurso borbulhante e retórico dos novos ricos da região.

18. Atente para as seguintes afirmações:

- I. *Lianas do aparato verbal e estrondos estilísticos* são recursos recusados pela linguagem de Márcio Souza em seu romance.
- II. Expressões como *inferno verde e celeiro mundial* conotam visões estereotipadas da região amazônica.
- III. O verbo *espocar* é utilizado em mais de um sentido, no contexto do segundo parágrafo.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

19. Considerando-se o contexto, têm sentido contrastante os seguintes elementos:

- (A) *luxuriante e intrincada*.
- (B) *caricaturar e espocar um sarcasmo*.
- (C) *temporadas líricas e a própria miséria*.
- (D) *bordéis tumultuosos e damas pelintras*.
- (E) *champanha francês e foguetes anunciadores*.

20. A forma **por que** preenche corretamente a lacuna da frase:

- (A) Os cearenses expandiram as fronteiras ..... movidos pelas mais duras necessidades.
- (B) Um dos motivos ..... Hélio Pólvora se agradou desse romance é a visão original do autor.
- (C) Márcio Souza decidiu-se pelo humor ..... se dispôs a fazer de seu livro uma sátira histórica.
- (D) O livro de Márcio Souza fez sucesso pela inteligência e pelo humor, não há outro .....
- (E) Muitos se escandalizaram com romance, mas se recusaram a dizer o .....

<p style="text-align: center;"><b>Controle Externo</b></p> <p>21. Considere as seguintes afirmativas.</p> <p>I. Compete ao Tribunal de Contas do Estado julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta ou indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público estadual, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.</p> <p>II. Aplicar aos responsáveis, em caso de legalidade de despesa, irregularidade de contas ou cumprimento de suas decisões, as sanções administrativas e pecuniárias, previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário e inabilitação temporária do agente administrativo para o exercício de determinadas funções.</p> <p>III. As decisões do Tribunal de Contas do Estado de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III.          (B) I e II.          (C) I.          (D) II e III.          (E) III.</p>	<p>24. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Amazonas, compete às Câmaras</p> <p>(A) aprovar, alterar, deliberar e revogar o Regimento Interno, bem como a Lei Orgânica do Tribunal.</p> <p>(B) solicitar ao Tribunal Pleno que ordene a realização de inspeções extraordinárias.</p> <p>(C) propor à Assembléia Legislativa a criação ou extinção de cargos de seu quadro e do quadro do Ministério Público e a fixação da respectiva remuneração.</p> <p>(D) habilitar responsável por controle interno, e emitir declaração de idoneidade de licitante.</p> <p>(E) deliberar sobre matéria de ordem e de serviços do Tribunal e sobre questões administrativas em geral, mediante proposta de qualquer Conselheiro.</p>
<p>22. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer ocorrência irregular ou ilegal ou ofensa aos princípios da Administração Pública, delas dão ciência</p> <p>(A) ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.</p> <p>(B) à Assembléia Legislativa, sob pena de responsabilidade solidária.</p> <p>(C) ao Tribunal de Contas do Estado, quando julgarem oportuno.</p> <p>(D) ao Tribunal de Contas do Estado, à Assembléia Legislativa e ao Ministério Público, nessa ordem, sob pena de responsabilidade solidária.</p> <p>(E) ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.</p>	<p>25. Considere as seguintes finalidades do sistema de controle interno, contidas na Constituição Federal, que os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário devem manter de forma integrada:</p> <p>I. Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União, Distrito Federal, Estado e Municípios.</p> <p>II. Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.</p> <p>III. Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.          (B) II.          (C) III.          (D) I e II.          (E) II e III.</p>
<p>23. A solicitação para prestar os esclarecimentos necessários, dirigida à autoridade responsável, diante de indícios de despesas não-autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não-programados ou de subsídios não-aprovados, conforme Constituição do Estado do Amazonas, poderá ser exercida</p> <p>(A) pelo Controle Interno do Poder Executivo.          (B) pelo Poder Judiciário.          (C) pelo Ministério Público.          (D) pela Assembléia Legislativa.          (E) pelo Tribunal de Contas do Estado.</p>	<p>26. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete apreciar as contas prestadas pelo Presidente da República</p> <p>(A) anualmente mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.</p> <p>(B) anualmente mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em trinta dias a contar de seu recebimento.</p> <p>(C) semestralmente mediante parecer que deverá ser elaborado em trinta dias a contar de seu recebimento.</p> <p>(D) trimestralmente mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.</p> <p>(E) semestralmente mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.</p>

27. Deverá prestar contas da utilização, arrecadação, guarda, gerenciamento ou administração de dinheiros, bens e valores públicos pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária
- (A) a pessoa jurídica de direito público, apenas.  
 (B) qualquer pessoa jurídica, pública ou privada, apenas.  
 (C) a pessoa jurídica de direito privado, apenas.  
 (D) qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada.  
 (E) os órgãos da administração centralizada, apenas.

28. Considerando a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Amazonas, considere as afirmativas abaixo:

- I. As empresas públicas não-revestidas da forma de sociedade anônima remeterão ao Tribunal suas contas anuais, no máximo, até 60 (sessenta) dias após o encerramento dos respectivos exercícios financeiros.
- II. Os processos de prestação ou de tomada de contas e tomada de contas especial da administração direta serão encaminhados ao Tribunal de Contas pela autoridade responsável, e os referentes às entidades da administração indireta, das fundações instituídas pelo Poder Público e dos fundos, pela autoridade a que estiverem vinculados.
- III. As Sociedades de Economia Mista e as Empresas Públicas que se revistam da forma de Sociedade Anônima apresentarão ao Tribunal suas contas anuais, até 30 (trinta) dias antes da realização da Assembléia em que devam ser apreciadas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.  
 (B) II e III.  
 (C) II.  
 (D) I e II.  
 (E) I.

29. Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável, que tornar materialmente impossível o julgamento de mérito, conforme previsto no artigo 22 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, as contas serão consideradas

- (A) inapreciáveis.  
 (B) irregulares.  
 (C) injustificáveis.  
 (D) irrecuperáveis.  
 (E) iliquidáveis.

30. De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Amazonas, as contas serão julgadas regulares com ressalvas quando

- (A) evidenciarem prática de ato ilegal, ilegítimo, antieconômico ou grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.  
 (B) expressarem falta de natureza formal, ato ilegítimo, ou infração às normas contábeis e desvio de recursos públicos.  
 (C) evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário.  
 (D) expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável.  
 (E) o caso for fortuito ou de força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável, ou tornar materialmente impossível o julgamento de mérito.

**Direito Constitucional**

31. Na hipótese de intervenção do Estado em um Município para prover a execução de lei, o decreto de intervenção
- (A) deverá ser precedido de provimento de representação pelo Superior Tribunal de Justiça.  
 (B) deverá, obrigatoriamente, ser apreciado pela Assembléia Legislativa, que será convocada no prazo de 24 horas, se não estiver funcionando.  
 (C) dependerá de requisição do Tribunal de Justiça ao Governador do Estado, que nomeará interventor no prazo de 24 horas.  
 (D) será editado pelo Presidente da Assembléia Legislativa, que o submeterá ao Plenário da Casa no prazo de 24 horas.  
 (E) limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade, dispensada a apreciação pela Assembléia Legislativa.

32. Considere as seguintes afirmações sobre a disciplina constitucional da liberdade de associação:

- I. É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.  
 II. A criação de associação independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.  
 III. As associações somente poderão ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.  
 IV. As entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial e extrajudicialmente, independentemente de autorização.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.  
 (B) I e IV.  
 (C) II e III.  
 (D) II e IV.  
 (E) III e IV.

33. Nos termos da Constituição da República e da lei que rege a matéria, a súmula de efeito vinculante

- (A) tem eficácia imediata, mas o Presidente do Supremo Tribunal Federal poderá decidir que terá eficácia a partir de outro momento, se presentes razões de segurança jurídica.  
 (B) dependerá de decisão tomada pela maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, para ser editada, revista ou cancelada.  
 (C) poderá ser editada pelo Supremo Tribunal Federal a partir de proposição de Governador de Estado ou de Mesa de Assembléia Legislativa.  
 (D) será automaticamente revogada, na hipótese de modificação da lei em que se fundou sua edição.  
 (E) terá seu procedimento de edição, revisão ou cancelamento regido, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil.

<p>34. A vedação constitucional de cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que publicada a lei que os criou ou instituiu NÃO se aplica ao imposto sobre</p> <p>(A) propriedade de veículos automotores.          (B) renda e proventos de qualquer natureza.          (C) transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens ou direitos.          (D) produtos industrializados.          (E) propriedade predial e territorial urbana.</p>	<p>38. O financiamento da seguridade social por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de contribuições sociais enumeradas na Constituição da República, esteia-se no princípio constitucional da</p> <p>(A) universalidade da cobertura e do atendimento.          (B) diversidade da base de financiamento.          (C) seletividade e distributividade na prestação de benefícios.          (D) irredutibilidade do valor dos benefícios.          (E) descentralização da administração, mediante gestão quadripartite.</p>
<p>35. Sobre os Tribunais de Justiça estaduais, estabelece a Constituição da República que</p> <p>(A) sua competência será definida na Constituição do Estado e na lei de organização judiciária, sendo esta de iniciativa privativa do Governador do Estado.          (B) terão competência para o julgamento de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição da República.          (C) poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras Regionais, para assegurar aos jurisdicionados acesso a todas as fases do processo.          (D) instalarão justiça itinerante, exclusivamente para a realização de audiências, nos limites territoriais das respectivas jurisdições.          (E) proporão a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias, devendo em tais casos o juiz estar sempre presente no local do litígio.</p>	<p><u>Instruções:</u> Nas questões de números 39 e 40, são feitas duas afirmações. Assinale, na folha de respostas,</p> <p>(A) se as duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.          (B) se as duas são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.          (C) se a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.          (D) se a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.          (E) se as duas são falsas.</p> <p>39. A lei não poderá estabelecer condições para o exercício de atividade econômica, salvo para disciplinar, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro</p> <p><b>PORQUE</b></p> <p>A Constituição da República assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, sem ressalvas.</p>
<p>36. Ao dispor sobre matéria de finanças públicas, prevê a Constituição da República que</p> <p>(A) os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, excetuados os créditos suplementares e especiais, destinados a órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma estabelecida em lei.          (B) a contratação de pessoal pelos órgãos e entidades da administração, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, somente poderá ser feita se houver prévia dotação orçamentária suficiente e autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.          (C) a abertura de créditos suplementares ou especiais somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de comção interna ou calamidade pública, mediante delegação legislativa.          (D) nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.          (E) independe de autorização legislativa específica a utilização de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.</p>	<p>40. A Constituição do Estado do Amazonas estabelece que, em matéria de legislação concorrente, diante da inexistência de lei federal, ou se esta for omissa, quanto ao aspecto regional, o Estado exercerá a competência legislativa plena</p> <p><b>PORQUE</b></p> <p>A Constituição da República prevê que, no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.</p>
<p>37. Sobre o processo de elaboração de emendas à Constituição da República, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada somente poderá ser objeto de nova proposta na legislatura subsequente à da rejeição.          (B) a Constituição não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou intervenção federal.          (C) a proposta de emenda será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.          (D) a proposta de emenda será discutida e votada, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos.          (E) o Presidente da República pode, isoladamente, apresentar proposta de emenda à Constituição.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Direito Administrativo</b></p> <p>41. O artigo 37 da Constituição federal estabelece que a Administração Pública obedecerá aos princípios da "legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência". Essa enumeração</p> <p>(A) apresenta os princípios ordenados hierarquicamente entre si.          (B) não esgota os princípios constitucionais da Administração Pública.          (C) consiste em regra de observância facultativa pela Administração Pública, dada a natureza peculiar dos princípios.          (D) apresenta princípios aplicáveis apenas à Administração Direta.          (E) contém princípios cuja aplicabilidade depende da edição de legislação complementar.</p>



<p>42. “A natureza de ..... conferida à Agência é caracterizada por independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira”.</p> <p>Esse texto de lei, referente a uma das agências reguladoras brasileiras, tem sua lacuna corretamente completada pela expressão:</p> <p>(A) autarquia especial.                  (B) entidade paraestatal.                  (C) empresa pública.                  (D) entidade da Administração Direta.                  (E) fundação pública.</p>	<p>47. É item estranho ao rol de direitos dos usuários de serviços públicos, nos termos da lei geral sobre concessões,</p> <p>(A) receber serviço adequado.                  (B) receber do poder concedente informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos.                  (C) receber da concessionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos.                  (D) receber o serviço, observados os princípios da universalidade, gratuidade e continuidade.                  (E) obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha entre vários prestadores de serviços, quando for o caso, observadas as normas do poder concedente.</p>
<p>43. Caracteriza um ato administrativo como discricionário</p> <p>(A) a desnecessidade de sua motivação.                  (B) a margem de escolha quanto a aspectos de conveniência e oportunidade do ato, deixada legalmente ao administrador.                  (C) sua impossibilidade de controle judicial.                  (D) sua impossibilidade de anulação, salvo a pedido do interessado.                  (E) sua impossibilidade de revogação de ofício.</p>	<p>48. Não se aplica aos consórcios públicos, nos termos da legislação federal pertinente, a regra segundo a qual</p> <p>(A) o consórcio será constituído por contrato.                  (B) a constituição do consórcio depende de prévia subscrição de protocolo de intenções.                  (C) a União pode participar de consórcios com Estados, ou com Municípios, ou com Estados e Municípios.                  (D) a constituição do consórcio envolve ratificação, mediante lei, dos entes consorciados.                  (E) o consórcio pode adquirir personalidade jurídica de direito público ou de direito privado.</p>
<p>44. É regra comum à modalidade de licitação conhecida como pregão e às modalidades tradicionais da Lei nº 8.666/93 (concorrência, tomada de preços e convite) a</p> <p>(A) possibilidade de os licitantes alterarem verbalmente suas propostas de preço.                  (B) não existência da fase de classificação.                  (C) possibilidade de adoção, como critério de julgamento, do menor preço, ou da técnica e preço, ou da melhor técnica.                  (D) existência da fase de habilitação.                  (E) impossibilidade da apresentação de recursos administrativos.</p>	<p>49. A regra constitucional da imprescritibilidade dos bens públicos</p> <p>(A) não tem exceção.                  (B) tem por exceção as terras devolutas.                  (C) tem por exceção os bens dominicais.                  (D) tem por exceção as terras improdutivas.                  (E) tem por exceção os bens adquiridos como pagamento de dívidas.</p>
<p>45. É cláusula típica do regime dos contratos administrativos a</p> <p>(A) modificação unilateral do contrato, nos limites da lei, por parte da Administração ou do contratado.                  (B) fiscalização da execução contratual pela Administração, mediante autorização judicial.                  (C) rescisão unilateral do contrato, nos termos da lei, pela Administração, independentemente de decisão judicial.                  (D) aplicação, pela Administração, de sanções por inexecução contratual, mediante decisão judicial.                  (E) ocupação provisória de bens e serviços do contratado, pela Administração, mediante previsão em lei específica caso a caso.</p>	<p>50. Conforme evolução doutrinária da matéria, a responsabilidade objetiva do Estado por danos causados a terceiros, hoje prevista no Direito brasileiro, tem por fundamento a teoria</p> <p>(A) da culpa do servidor.                  (B) da culpa do serviço.                  (C) da responsabilidade subsidiária.                  (D) da irresponsabilidade.                  (E) do risco.</p>
<p>46. Nos termos da Constituição federal, como regra, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos. Uma das exceções a essa regra, quando houver compatibilidade de horários, é a de</p> <p>(A) dois cargos de professor com um de profissional da saúde.                  (B) dois cargos de profissional da saúde com um de professor.                  (C) dois cargos privativos de profissionais da segurança pública.                  (D) dois cargos privativos de profissionais de saúde, com outro técnico ou científico.                  (E) um cargo de professor com outro técnico ou científico.</p>	

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Auditoria Governamental**

51. A empresa de Auditoria Garantia solicitou a seu cliente que realizasse, com seu consultor jurídico, a circularização de seus processos e litígios em andamento. O auditor, não se sentindo seguro em relação à posição por este apresentada, recomendou à empresa uma segunda opinião de consultor jurídico independente, o qual se recusou a emitir opinião. Desta forma, o auditor deve

- (A) expedir o parecer sem ressalva respaldando-se na posição do primeiro consultor jurídico.
- (B) emitir o parecer com ressalva porque representa uma limitação na extensão da auditoria.
- (C) determinar que sejam evidenciados em notas explicativas os reflexos que a demonstração sofreria.
- (D) estabelecer a relevância do fato e, caso não tenha representatividade, desconsiderá-lo.
- (E) emitir parecer com abstenção de opinião, independentemente da relevância do fato.

52. O auditor interno, ao desenvolver trabalho na área de recursos humanos, constatou, na base de cálculo da folha de pagamentos do mês, o nome de funcionário desligado da empresa há quatro meses. O auditor interno emitiu relatório parcial para informar à administração da empresa a irregularidade e permitir que medidas corretivas fossem realizadas. Com base nas normas de auditoria interna, o auditor

- (A) deveria ter aguardado o término dos trabalhos para elaborar o relatório.
- (B) tem a opção de informar ou não os fatos apurados à administração da empresa.
- (C) está obrigado a proceder a comunicação verbal de fatos desta natureza e informá-los, posteriormente, em relatório final.
- (D) procedeu corretamente em conformidade com as normas de emissão dos relatórios de auditoria interna.
- (E) observou que nas normas relativas ao relatório de auditoria interna não há previsão de procedimentos a serem aplicáveis nesses casos.

53. Pela metodologia COSO (*The Comittee of Sponsoring Organizations*), ao avaliar o risco o auditor deve classificá-lo quanto à

- (A) probabilidade e ao nível de ocorrência.
- (B) frequência de ocorrência e à relevância.
- (C) materialidade e à subjetividade.
- (D) área de ocorrência e à relevância.
- (E) natureza e à área de ocorrência.

54. De acordo com o INTOSAI, Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores, além de atividades de controle, informação e comunicação, são componentes de controle interno:

- (A) eliminação do risco, ambiente de gestão e acompanhamento eventual.
- (B) mitigação do risco, atividades de processo, divulgação, ambiente de controle e acompanhamento contínuo.
- (C) avaliação do risco, ambiente de controle e acompanhamento contínuo.
- (D) gestão do risco, ambiente de controle e acompanhamento permanente.
- (E) maximização do risco, ambiente de risco e acompanhamento periódico.

55. O auditor externo ao realizar procedimento de conferência dos valores de depreciação, calculados sobre o imobilizado da empresa, constata que o cálculo estava incorreto, tendo sido utilizado taxa menor do que a permitida. Nesse caso, o saldo da conta de

- (A) Imobilizado está subavaliado.
- (B) Custo das Mercadorias Vendidas está superavaliado.
- (C) Estoques de Produtos Acabados está superavaliado.
- (D) Depreciação Acumulada está subavaliado.
- (E) Despesa de Depreciação está superavaliado.

56. O auditor, ao ser designado para proceder auditoria para avaliar se as normas da empresa estão efetivamente sendo aplicadas por seus colaboradores, estará realizando conceitualmente uma auditoria de

- (A) áreas operacionais.
- (B) conformidade.
- (C) demonstrações contábeis.
- (D) sistemas financeiros.
- (E) atividades de detecção de fraude.

57. Ao utilizar o método de amostragem estatística em substituição ao não-estatístico para a seleção de base de dados, o auditor está reduzindo a possibilidade de risco de

- (A) controle decorrente da utilização de critérios aleatórios.
- (B) detecção por não utilizar critérios probabilísticos e não-probabilísticos conjuntamente.
- (C) seleção originada do direcionamento da amostra para uma escolha conduzida.
- (D) informação devido à falta de critério na seleção pelo método não-estatístico.
- (E) amostragem decorrente da não utilização das leis de probabilidades.

58. A empresa Contesta S.A., após o encerramento do balanço e a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis, foi informada pelos seus advogados que uma causa tributária, questionando a cobrança da COFINS, havia sido julgada improcedente em sua totalidade. Esta causa representa um ajuste relevante nas provisões constituídas, que não havia considerado a possibilidade de perda. A divulgação das demonstrações demorou mais de um mês, em virtude do atraso de sua Assembléia Geral. Desta forma, a administração deve

- (A) atualizar as demonstrações contábeis para que reflitam a posição adequada reconhecendo o evento.
- (B) determinar a inclusão de nota explicativa apresentando nas demonstrações contábeis os efeitos do evento.
- (C) desconsiderar toda a provisão efetuada e contratar novo consultor jurídico para fornecer parecer sobre as causas e os processos.
- (D) estabelecer que a auditoria complemente os trabalhos e ressalve o parecer.
- (E) manter as demonstrações e publicá-las, por já ter ocorrido a autorização para a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis.

59. Em conformidade com as normas de Ética do INCOSAI, considere:

- I. Quando o auditor dedicar-se a atividades políticas deve se afastar das atividades profissionais, ainda que tenha certeza de que o fato não afetará o seu desempenho e a imparcialidade de suas decisões e obrigações profissionais.
- II. O auditor pode prestar serviços à empresa auditada, desde que não gere conflitos de interesses com os trabalhos de auditoria.
- III. Os auditores deverão proteger sua independência, evitar qualquer possibilidade de conflito de interesses e o recebimento de quaisquer gratificação ou remuneração que deixem em dúvida sua independência.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.

60. Em relação às normas e procedimentos de auditoria considere:

- I. Os papéis de trabalho devem ser preparados manualmente e quando o auditor utilizar *softwares* desenvolvidos para microcomputadores deve ter autorização especial para aceitação destes papéis de trabalho.
- II. O procedimento mais comum utilizado para confirmação da existência física dos ativos fixos da empresa é o teste de circularização.
- III. O relatório do auditor deve conter opiniões isentas, suas análises devem se ater aos dados e informações levantadas, seu parecer deve ser imparcial, objetivo e sucinto.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

**Administração Financeira e Orçamentária**

61. Assinale a alternativa correta.

- (A) A lei de diretrizes orçamentárias é plano de médio prazo e subsidia a elaboração do plano plurianual.
- (B) O plano plurianual, aprovado mediante decreto executivo, antevê quadro trienal de receitas e despesas de capital.
- (C) A lei orçamentária anual prevê critérios de limitação de empenho toda vez que a receita evoluir abaixo do esperado.
- (D) A lei de diretrizes orçamentárias prescreve condições para a Administração transferir recursos a entidades privadas.
- (E) Os anexos de metas e riscos fiscais compõem a lei orçamentária anual.

62. Emendas legislativas ao orçamento podem financiar-se mediante anulação de dotações vinculadas a

- (A) serviços de terceiros.
- (B) repasses ao INSS, FGTS e regime próprio de previdência.
- (C) juros, encargos e principal da dívida.
- (D) despesas de pessoal.
- (E) transferências tributárias constitucionais.

<p>63. No planejamento do orçamento-programa, a estimativa da receita baseia-se na</p> <p>(A) arrecadação havida no exercício imediatamente anterior.</p> <p>(B) receita executada nos dois últimos exercícios e na inflação projetada para o ano seguinte.</p> <p>(C) arrecadação dos três últimos exercícios e no crescimento esperado para a economia.</p> <p>(D) receita coletada nos três anos anteriores e no desempenho médio das receitas próprias.</p> <p>(E) receita corrente, exclusivamente, pois a de capital é imprevisível.</p>	<p>66. Na classificação funcional da despesa, a categoria denominada projeto está relacionada</p> <p>(A) às ações que se realizam de modo contínuo e permanente, voltadas à operação normal da máquina pública.</p> <p>(B) às operações limitadas no tempo, que resultam em produto voltado à expansão ou ao aperfeiçoamento da ação de governo.</p> <p>(C) às obras e serviços de engenharia, divididos nas categorias básico e executivo.</p> <p>(D) às despesas que não contribuem para a manutenção do aparato estatal tampouco para a geração de um novo produto governamental.</p> <p>(E) ao maior nível de agregação das diversas áreas de atuação governamental.</p>
<p>64. Tendo em vista os princípios orçamentários, é correto afirmar que</p> <p>(A) a contabilização pelo valor líquido atende ao princípio de racionalidade.</p> <p>(B) as fundações públicas, desde que independentes do erário central, não precisam integrar o orçamento.</p> <p>(C) as dotações globais atendem ao princípio da especificidade da despesa pública.</p> <p>(D) vincular imposto à despesa não contraria qualquer princípio de orçamento.</p> <p>(E) a autorização para abertura de créditos suplementares excepciona, na lei orçamentária, o princípio da exclusividade.</p>	<p>67. Na classificação funcional, a despesa pública obedece à seguinte hierarquia:</p> <p>(A) função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial.</p> <p>(B) função, subprograma, programa, projeto e atividade.</p> <p>(C) programa, categoria econômica, natureza de despesa e elemento.</p> <p>(D) órgão orçamentário, unidade orçamentária e unidade de despesa.</p> <p>(E) categoria, natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento.</p>
<p>65. No âmbito da receita pública,</p> <p>(A) as receitas correntes nunca podem superar as despesas correntes.</p> <p>(B) as receitas de capital são integradas por operações de crédito, receitas patrimoniais e receitas agropecuárias.</p> <p>(C) as receitas tributárias são compostas por impostos, taxas e contribuições a outros níveis de governo.</p> <p>(D) os rendimentos de aplicação financeira são classificados como receita patrimonial.</p> <p>(E) a receita da dívida ativa jamais se desdobra nas categorias tributária e não-tributária.</p>	<p>68. São contas típicas do Balanço Patrimonial:</p> <p>(A) Inscrição em Dívida Ativa e Alienação de Bens Móveis.</p> <p>(B) Bancos e Mutações Patrimoniais.</p> <p>(C) Disponível do Exercício Anterior e Saldo Financeiro para o ano seguinte.</p> <p>(D) Créditos Orçamentários e Suplementares.</p> <p>(E) Bens Móveis e Restos a Pagar.</p> <p>69. É correto afirmar que</p> <p>(A) o Balanço Orçamentário visa a demonstrar o saldo monetário que segue para o ano vindouro.</p> <p>(B) o Balanço Orçamentário apresenta o resultado da previsão e da execução do orçamento anual.</p> <p>(C) o resultado do Balanço Patrimonial é obtido mediante confronto entre ativo e passivo compensados.</p> <p>(D) a Demonstração das Variações Patrimoniais objetiva revelar a posição patrimonial no último dia do exercício.</p> <p>(E) no Balanço Financeiro, Restos a Pagar são incluídos na receita extra-orçamentária para compensar sua inserção na despesa extra-orçamentária.</p>

<p>70. Na Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa de pessoal</p> <p>(A) tem limites calculados sobre o tamanho da dívida de longo prazo.</p> <p>(B) sujeita-se a limite prudencial equivalente a 70% do limite máximo.</p> <p>(C) excedente ao limite definido deverá ser ajustada por cada Poder em até dois quadrimestres.</p> <p>(D) não é controlada pelos Poderes Legislativo e Judiciário, sendo de responsabilidade exclusiva do Poder Executivo.</p> <p>(E) não tem seu crescimento vedado em ano eleitoral.</p>	<p>73. <i>Teor de umidade do solo com o qual se unem, em um centímetro de comprimento, as bordas inferiores de uma canelura feita em uma massa de solo colocada na concha normalizado (Casagrande), sob a ação de 25 golpes da concha sobre a base desse aparelho.</i></p> <p>Esta é a definição de</p> <p>(A) curva de fluidez.</p> <p>(B) limite de plasticidade.</p> <p>(C) índice de plasticidade.</p> <p>(D) limite de liquidez.</p> <p>(E) umidade ótima.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Auditoria de Obras Rodoviárias</b></p> <p>71. As obras e os serviços no âmbito dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios somente poderão ser licitados quando</p> <p>I. houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório.</p> <p>II. existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.</p> <p>III. o produto dela esperado estiver contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual de que trata o art. 165 da Constituição Federal, quando for o caso.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I e III, apenas.</p> <p>(C) I e II, apenas.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) I, apenas.</p>	<p>74. Em relação aos aterros sobre solo mole, considere as afirmativas abaixo.</p> <p>I. A remoção de solo mole e substituição por material granular só deve ser considerada para depósitos pouco extensos, comprimento inferior a 200 m, e para espessura de solo mole inferior a 3 m.</p> <p>II. Em aterros sobre solo mole pode ser utilizada a solução de bermas de equilíbrio, que são empregadas para estabilizar e suavizar a inclinação média do talude do aterro, levando a um aumento do fator de segurança contra ruptura.</p> <p>III. O uso de aterros de materiais de construção leves deverá ser considerado como uma alternativa viável para todos os tipos de aterros sobre solo mole.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) I e II, apenas.</p> <p>(C) I, II e III.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) III, apenas.</p>
<p>72. Em relação à inspeção de pontes rodoviárias, considere as afirmativas abaixo.</p> <p>I. Teste com eletrodo de sulfato de cobre é utilizado para fornecer informações sobre falhas no concreto e posição das barras na armadura, que não podem ser obtidas por meio de testes com ultra-som com laser.</p> <p>II. Teste de <i>rebound</i> avalia os efeitos da fadiga nas barras da armadura dos elementos de concreto, e pode ser usado em concreto armado convencional ou protendido.</p> <p>III. Nas articulações <i>Freyssinet</i> e <i>Mesnager</i>, a inspeção deve concentrar-se na verificação de eventuais trincas ou fissuras existentes, em cima e em baixo da seção reduzida, e nas quebras de cantos do concreto.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) II, apenas.</p> <p>(C) III, apenas.</p> <p>(D) I e II, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>	<p>75. Os solos em geral, residuais ou sedimentares, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo inferior a 0,15 m, qualquer que seja o teor de umidade apresentado, são definidos como material de</p> <p>(A) bota-fora.</p> <p>(B) empréstimo.</p> <p>(C) 3ª categoria.</p> <p>(D) 2ª categoria.</p> <p>(E) 1ª categoria.</p>

76. Em estradas e rodovias, o dispositivo denominado dreno horizontal profundo ou dreno sub-horizontal
- (A) destina-se à drenagem de grandes áreas, pavimentadas ou não, normalmente usado em série, em sentido oblíquo em relação ao eixo longitudinal da rodovia ou estrada.
  - (B) é utilizado para a aceleração do processo de adensamento de aterros construídos sobre depósitos de solos compressíveis, espessos e de baixa condição de permeabilidade.
  - (C) tem por objetivo principal interceptar o fluxo de água subterrânea, por meio do rebaixamento de lençol freático, impedindo-o de atingir o subleito.
  - (D) tem por objetivo drenar as águas situadas a pequena profundidade do corpo estradal, em que o volume não possa ser drenado pelo dreno “espinha de peixe”.
  - (E) aplica-se à prevenção e à correção de escorregamentos de taludes, nos quais a causa determinante da instabilidade é a elevação do lençol freático ou do nível piezométrico de lençóis confinados.

77. Um material para ser utilizado na camada da sub-base do pavimento flexível deverá apresentar as seguintes características:

	CBR ou Índice de Suporte Califórnia (I.S.C.)	Índice de Grupo (IG)	Expansão	Limite de Liquidez (LL)
A	maior ou igual a 80%	-	maior ou igual a 0,5% (medida com sobrecarga de 20 libras)	menor ou igual a 25%
B	maior ou igual a 20%	igual a 0	menor ou igual a 1% (medida com sobrecarga de 10 libras)	-
C	maior que o do subleito	-	menor ou igual a 1% (medida com sobrecarga de 20 libras)	-
D	maior ou igual a 10%	menor ou igual a 0,5%	-	menor ou igual a 15%
E	maior ou igual a 30%	igual a 0	menor ou igual a 0,5% (medida com sobrecarga de 10 libras)	-

78. Para identificação e análise dos impactos ambientais de um empreendimento rodoviário, deverão ser considerados, principalmente os seguintes aspectos: o tipo, porte e extensão do empreendimento; as alternativas de traçado e variantes; o diagnóstico ambiental da área de influência do projeto; as normas jurídicas, técnicas e administrativas e
- (A) a localização dos postos de pesagem de caminhões na área de influência do empreendimento.
  - (B) o sistema proposto de controle operacional do empreendimento.
  - (C) os planos governamentais.
  - (D) as estatísticas existentes de contagens de tráfego na área de influência do empreendimento.
  - (E) o cronograma de implantação do empreendimento.

79. Com relação à avaliação estrutural dos pavimentos flexíveis, considere as afirmativas abaixo.
- I. Viga Benkelman é um equipamento de medição para avaliação estrutural não destrutiva do pavimento.
  - II. No caso de projetos de restauração, o dimensionamento de recapeamentos asfálticos contra a reflexão de trincas e a consideração dos efeitos de camadas especiais intermediárias podem ser efetuados de forma confiável apenas por meio de modelos mecanístico-empíricos.
  - III. Um dos elementos que definem a condição estrutural de um pavimento é a capacidade apresentada pelas camadas de solos e de materiais granulares de resistir às deformações elásticas e plásticas induzidas pelas cargas do tráfego.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.

80. Considere as finalidades e os tipos de sinalização no quadro abaixo.

Finalidade		Tipos de sinalização	
I	Informar aos usuários as condições, proibições, obrigações ou restrições no uso das vias.	1	Vertical de Indicação
II	Alertar os usuários da via para condições potencialmente perigosas, indicando sua natureza.	2	Horizontal
III	Identificar as vias e os locais de interesse, bem como orientar condutores de veículos, quanto aos percursos, destinos, distâncias e serviços auxiliares.	3	Vertical de Advertência
IV	Organizar o fluxo de veículos e pedestres; controlar e orientar os deslocamentos em situações com problemas de geometria, topografia ou frente a obstáculos.	4	Vertical de Regulamentação

A correlação correta, segundo o Código Brasileiro de Trânsito, é

- (A) I-4, II-3, III-1 e IV-2.
- (B) I-2, II-1, III-3 e IV-4.
- (C) I-1, II-2, III-3 e IV-4.
- (D) I-1, II-4, III-2 e IV-3.
- (E) I-3, II-2, III-4 e IV-1.

**Auditoria de Obras de Edificações**

81. Um conjunto de escavadeiras será necessário para a escavação do subsolo onde será construído um edifício com contenção de paredes diafragma. Sabe-se que a máquina tem produção média de 30 m<sup>3</sup>/h, e sua área de segurança de giro e locomoção é de 15 m × 15 m. O terreno, já descontado a espessura das paredes diafragma, é de 30 m × 30 m, considerando uma altura de trabalho de 5 m. A profundidade de escavação deverá atingir a cota 85 m, a partir da cota inicial 100 m. Como o prazo de execução da obra é prioridade, poderá ser utilizado o maior número possível de máquinas. Considerando os dados acima, o número máximo de máquinas que podem trabalhar nesse canteiro é

- (A) 4
- (B) 6
- (C) 8
- (D) 10
- (E) 12

Obs.: Despreze as áreas e volumes das rampas de acesso.

82. Considere as definições abaixo:

- I. Índice econômico básico referido no edital e/ou proposta que deu origem ao contrato.
- II. Relação entre a soma dos valores disponíveis e realizáveis a curto e longo prazos e a soma dos valores exigíveis a curto e a longo prazos.
- III. Número índice sistemático, periódico, de preferência calculado por entidade oficial e indicado nos atos convocatórios.

I, II e III definem, respectivamente, os índices

- (A) inicial, de liquidez geral e final.
- (B) de liquidez geral, econômico e inicial.
- (C) inicial, de liquidez geral e econômico.
- (D) econômico, inicial e de liquidez geral.
- (E) inicial, médio e final.

83. No controle da execução de obras e serviços, considerando as condições específicas dos intervenientes nas atividades e serviços de engenharia e arquitetura, a fiscalização será responsável por

- (A) dispor do local desembaraçado física e legalmente, em tempo hábil, necessário para o início e desenvolvimento do empreendimento.
- (B) assumir os ônus decorrentes de eventual descumprimento dos prazos de liberação de recursos previamente ajustados.
- (C) assumir os ônus decorrentes de projeto e especificações ou conclusões apresentadas, desde que devidamente comprovados, quando profissional autônomo diretamente contratado pelo proprietário ou preposto.
- (D) notificar, a quem de direito, as inadimplências contratuais ou infringências da legislação das partes e as penalidades respectivas, quando previstas no contrato.
- (E) fornecer ao executante a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais e tributárias, quando solicitado.

84. A tabela abaixo mostra o cálculo de valores relacionados aos itens consumidos por uma construtora, em um período de 12 meses.

Código do Produto	Custo Unitário (R\$)	Consumo Médio Mensal (CMM)	Custo Total (R\$)	% apurada
P1	93,00	3.200	297.600,00	30,4%
P2	31,00	2.500	77.500,00	7,9%
P3	212,00	320	67.840,00	6,9%
P4	130,00	475	61.750,00	6,3%
P5	618,00	300	185.400,00	19,0%
P6	720,00	300	216.000,00	22,1%
P7	0,25	25.000	6.250,00	0,6%
P8	0,60	6.800	4.080,00	0,4%
P9	1,25	15.000	18.750,00	1,9%
P10	6,30	3.000	18.900,00	1,9%
P11	5,40	600	3.240,00	0,3%
P12	1,10	1.000	1.100,00	0,1%
P13	25,40	700	17.780,00	1,8%
P14	0,35	2.000	700,00	0,1%
P15	3,50	400	1.400,00	0,1%
<b>TOTAL:</b>			<b>978.290,00</b>	

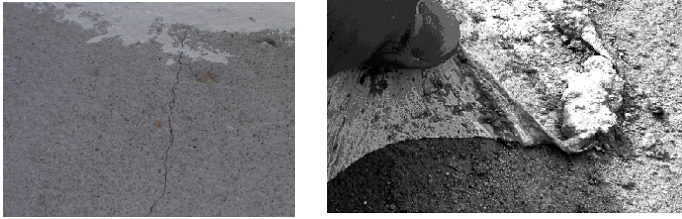
De acordo com o conceito da Curva ABC, produtos estão corretamente classificados em:

Classificação/Produtos			
	A	B	C
A	P1 e P5	P3 e P4	P9 e P13
B	P2 e P3	P4 e P5	P6 e P7
C	P1 e P5	P4 e P5	P9 e P13
D	P2 e P3	P3 e P4	P6 e P7
E	P5 e P6	P8 e P9	P10 e P11

85. Considere as imagens abaixo.

I

II



As figuras I e II apresentam uma laje de cobertura após a aplicação de uma demão de um determinado produto de impermeabilização. O produto, ao ser aplicado, libera seu solvente (álcool) e deposita-se na superfície formando uma película impermeabilizante de grande elasticidade. Na embalagem do produto, o fabricante informa que devem ser aplicadas 4 demãos cruzadas desse produto para que se atinja o efeito impermeabilizante correto.

A figura I mostra a aplicação do produto sobre uma fissura de 0,5 mm na argamassa de regularização. A figura II mostra a retirada da película em outro ponto da laje.

Considerando as informações apresentadas, é correto afirmar que

- (A) o álcool é um solvente inadequado para qualquer tipo de material impermeabilizante pois reage com os álcalis presentes no concreto e nas argamassas de regularização, criando uma barreira química que impede sua aderência.
- (B) o impermeabilizante, na figura II, foi aplicado na laje sem que a mesma tivesse passado por limpeza para retirada de material particulado e impurezas diversas, impedindo que o produto aderisse de maneira correta ao substrato.
- (C) o produto de impermeabilização é quimicamente reagente com o concreto e argamassas, pois arrancou resíduos superficiais desses elementos, como mostra a figura II, em função da dissolução dos álcalis presentes no cimento.
- (D) a fissura exibida na figura I indica boa elasticidade do produto, mas o arrancamento fácil da película, mostrada na figura II, sugere baixa aderência em superfícies de concreto.
- (E) houve um erro comum na aplicação do produto, que é a falta de aplicação de “primer”, importante na ligação entre o substrato e o material de impermeabilização final.

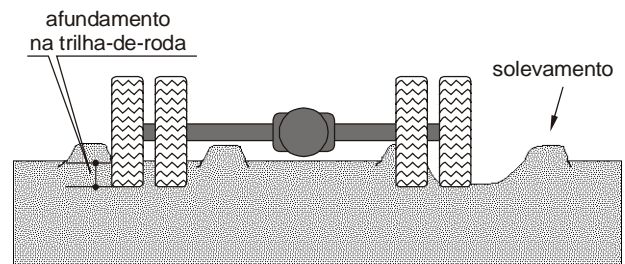
86. Considere:

- I. Trata-se de um dispositivo eletromecânico que permite o acionamento de mais de um cenário de iluminação a partir de um mesmo pulsador simples.
- II. Seu objetivo é alterar o estado ou posição dos contatos quando em sua bobina é aplicada uma tensão através de um pulso mínimo de 100 m.
- III. Pode ser utilizado como alternativa para ligações de interruptores paralelos e intermediários, trazendo economia no dimensionamento de condutores, pois o circuito de comando não requer mais que dois cabos de 0,5 mm<sup>2</sup>.

I, II e III referem-se a, respectivamente,

- (A) disjuntor bipolar, disjuntor bipolar e disjuntor bipolar.
- (B) disjuntor DR, disjuntor DR e disjuntor DR.
- (C) relê de Impulso, disjuntor bipolar e disjuntor DR.
- (D) disjuntor DR, disjuntor bipolar e relê de impulso.
- (E) relê de impulso, relê de impulso e relê de impulso.

87. No estacionamento de um condomínio de prédios comerciais, construído a céu aberto há menos de 3 meses, voltado para carga e descarga de materiais, em região de tráfego intenso de veículos de todo o tipo, foram observadas as patologias apresentadas na figura abaixo.



Sobre essas deformações, é correto afirmar:

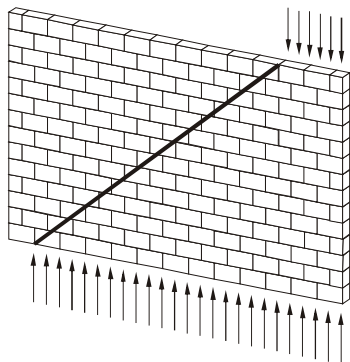
- I. A deformação permanente nas trilhas de roda, sob a ação do tráfego, desenvolve-se em pavimentos mal compactados, densificação, ou com baixa estabilidade, movimentação plástica, resultado de problemas de drenagem e construtivos.
- II. Quando ocorre em extensão de até 15 m é denominada afundamento plástico local; quando a extensão for superior a 15 m e estiver localizada ao longo da trilha de roda é denominada afundamento plástico da trilha de roda.
- III. O solevamento se forma no revestimento por diversas causas, inclusive por falta de aderência entre camadas superpostas, causando o deslocamento, podendo alcançar as camadas inferiores do pavimento e provocar a desagregação dessas camadas.
- IV. Do comportamento da deformação por trilha de roda e do solevamento decorre a segregação do revestimento asfáltico e das camadas subjacentes do pavimento, com aparecimento de fendas em forma de teia de aranha.

Está correto o que se afirma em

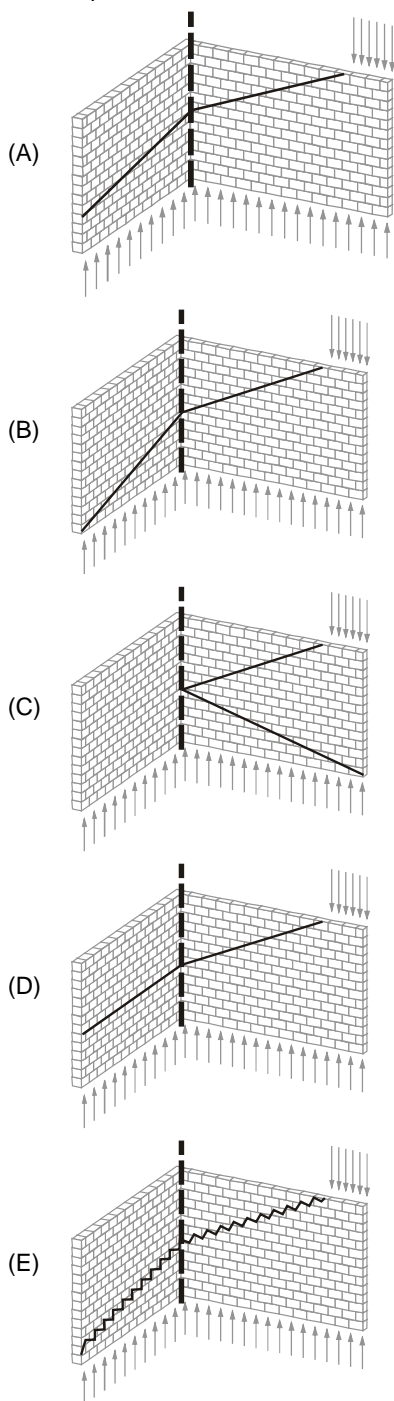
- (A) III e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) II, apenas.



88. Durante o estudo das cargas distribuídas em uma parede de alvenaria estrutural, verificou-se que as mesmas se distribuem conforme a ilustração abaixo:



Considerando-se duas paredes amarradas, sem pilar ou grauteamento, que formam entre si um ângulo de 90° de tal forma que a soma das larguras das duas seções seja igual à largura da parede da ilustração dada, a figura que ilustra corretamente o gráfico de distribuição de carga nessas paredes é



89. Considere os seguintes dados:

- I. Alta plasticidade em relação ao uso de fator água/cimento abaixo de 0,35 L/kg.
- II. Resistência a compressão acima de 80MPa.
- III. Resistência a tração acima de 150MPa.
- IV. Capacidade de auto-adensamento.

Em um concreto considerado de alto-desempenho – CAD – estarão presentes as características descritas em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

90. Considerando o desenho de uma planta baixa, de acordo com os procedimentos normalizados de desenho, é correto afirmar que

- (A) projeções e elementos não visíveis devem ser representados por meio de detalhamento, em folha avulsa, que deverá constar, necessariamente, da primeira página do projeto arquitetônico.
- (B) vãos de portas e janelas devem ser representados por linhas tracejadas que transpassem a extensão dos respectivos vãos, cuja espessura de traço indica o material a ser empregado nos caixilhos.
- (C) as indicações de cota nos espaços internos devem ser apresentados uma única vez, sendo válida para todo o pavimento em estudo, ao passo que as cotas externas, devem ser representadas a cada mudança de cota ou alinhamento do terreno.
- (D) os limites de vistas ou detalhes em cortes, totais ou parciais, devem ser representados interrompidos, por meio de linha seccionada por dois traços e ponto, em zigue-zague, de espessura 0,9 mm.
- (E) a linha de corte deve ser representada por uma linha traço-ponto, estreita, larga nas extremidades e na mudança de direção.

**Auditoria de Obras Hídricas**

91. Barragens são estruturas destinadas a retenção temporária ou permanente do escoamento em um curso d'água. Quanto ao funcionamento estrutural, as barragens

- (A) em terra e terra-enrocamento são do tipo 'gravidade'.
- (B) de enrocamento com face de montante em concreto admitem grandes deformações.
- (C) em arco de concreto armado são do tipo 'gravidade'.
- (D) em concreto compactado a rolo admitem grandes recalques por adensamento.
- (E) de enrocamento com núcleo impermeável estão sujeitas a maiores escorregamentos.

<p>92. Os extravasores de uma barragem são dimensionados para descarregar a</p> <p>(A) máxima vazão efluente ocorrida, estabelecida com base nas séries históricas observadas.</p> <p>(B) máxima vazão afluyente ocorrida, estabelecida com base nas séries históricas observadas.</p> <p>(C) vazão média afluyente nos períodos de cheia, estabelecida com base nas séries históricas observadas.</p> <p>(D) vazão de projeto, geralmente estabelecida por critérios econômicos e ambientais.</p> <p>(E) vazão de projeto, geralmente estabelecida em bases probabilísticas.</p>	<p>96. No planejamento de uma obra de canalização em etapas, é mais adequada a</p> <p>(A) implantação de jusante para montante para que sejam obtidos benefícios logo após a conclusão de cada trecho.</p> <p>(B) execução da obra de montante para jusante, de forma a facilitar o avanço da frente de trabalho.</p> <p>(C) execução de seção fechada, de forma a torná-la independente das condições hidrológicas da bacia.</p> <p>(D) implantação de seção fechada, de forma a impedir a entrada de lixo e o assoreamento da canalização.</p> <p>(E) execução da obra de jusante para montante para que as formas de concretagem possam ser reutilizadas, reduzindo o custo.</p>
<p>93. A seleção de um local para implantação de um aproveitamento hidrelétrico é feita a partir da avaliação de sua atratividade energético-econômica. Nesta avaliação são cotejados</p> <p>(A) o custo da energia produzida, em R\$/MW médios, com o custo médio de mercado da energia hidrelétrica.</p> <p>(B) a energia firme disponível, em MW médios, e o custo de mercado da implantação da usina.</p> <p>(C) o custo de implantação da usina com o custo de atendimento ao mercado por outra fonte que não a usina.</p> <p>(D) a potência a ser instalada no local, em MW médios, com a potência instalada de outras fontes que não a hidrelétrica.</p> <p>(E) os custos de operação e manutenção da usina com os custos de operação e manutenção de outras alternativas energéticas.</p>	<p>97. A demanda de água em um projeto de irrigação, definida a partir da lâmina a ser aplicada na cultura, depende</p> <p>(A) do turno de rega desejado e da região geográfica.</p> <p>(B) do turno de rega desejado e do número de horas diário.</p> <p>(C) da disposição da cultura e da declividade do terreno.</p> <p>(D) do fertilizante a ser empregado e da época do ano.</p> <p>(E) da espécie a ser cultivada e da região geográfica.</p> <p>98. A demanda de água bruta a ser suprida por um sistema público de abastecimento é determinada em função da</p> <p>(A) projeção de crescimento populacional, do consumo médio diário e da probabilidade de falhas do sistema.</p> <p>(B) disponibilidade hídrica, do consumo <i>per capita</i> e do índice de perdas na rede.</p> <p>(C) projeção de população futura, da temperatura média anual e do índice de perdas.</p> <p>(D) população a ser atendida, do consumo <i>per capita</i> e do coeficiente de majoração sazonal.</p> <p>(E) população de projeto, do índice de falhas da rede e da temperatura média anual.</p>
<p>94. Para a construção de uma usina hidrelétrica, em muitos casos, é necessário o desvio do rio por meio de estruturas auxiliares de forma a permitir a implantação das obras. Entre estas estruturas utilizam-se</p> <p>(A) as câmaras de carga e as galerias de drenagem do maciço.</p> <p>(B) os túneis de adução e recalque para as máquinas.</p> <p>(C) as pontes rolantes e guinchos transportadores.</p> <p>(D) as ensecadeiras de primeira e segunda etapas.</p> <p>(E) as ensecadeiras de primeira etapa e as comportas de segmento.</p>	<p>99. As obras de implantação dos interceptores de esgotos devem obedecer a seguinte seqüência de atividades:</p> <p>(A) escoramento da vala, lançamento da tubulação, rebaixamento do lençol e lastro do concreto.</p> <p>(B) escavação da vala, lançamento da tubulação, escoramento de suporte e ligações prediais.</p> <p>(C) escavação, escoramento da vala, lastro de concreto e lançamento da tubulação.</p> <p>(D) escavação da vala, lançamento da tubulação, lastro de concreto e rebaixamento do lençol.</p> <p>(E) escavação, escoramento, lançamento da tubulação e ligações prediais.</p>
<p>95. As obras de implantação e melhoramento dos portos podem ser enquadradas em duas categorias, obras internas e externas. Situam-se na primeira categoria as obras de</p> <p>(A) abrigo, dragagens localizadas, canais de acesso e guias-correntes.</p> <p>(B) acostagem, estruturas de movimentação de cargas, áreas de estocagem e pátios rodoferroviários.</p> <p>(C) molhes, guias-correntes, canais de acesso e bacias de evolução e espera.</p> <p>(D) estruturas de movimentação de cargas, <i>piers</i>, guias-correntes e quebra-mares.</p> <p>(E) pátios rodoferroviários, vias de acesso, canais de evolução e quebra-mares.</p>	<p>100. As obras de defesa contra inundações seguem uma das duas vertentes: a do aumento da condutividade ou a da redução dos picos. Com relação à segunda, são usualmente empregados</p> <p>(A) alargamento das calhas, canalização e reflorestamento.</p> <p>(B) reservatórios de detenção, reflorestamento e valetas de infiltração.</p> <p>(C) bacias de acumulação, canalização e revestimento de margens.</p> <p>(D) canalização, revestimento das margens e desassoreamento.</p> <p>(E) reservatórios de detenção, revestimento de margens e desassoreamento.</p>